

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.692.390 - PE (2017/0215094-0)**

RECORRENTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : ELIZABETH APARECIDA MOTINAGA SATO - PE000301B  
RECORRIDO : WAGNER JOSE MEDEIROS RIBEIRO  
RECORRIDO : RAMON FERNANDES DA SILVA  
RECORRIDO : OZIAS ELIAS FERREIRA  
RECORRIDO : CLAUDIO ROBERTO DE ALBUQUERQUE  
RECORRIDO : ALDO BUENO DOS SANTOS  
RECORRIDO : ALCINEZIO MENEZES DA SILVA  
RECORRIDO : LUIZ FERNANDO FERNANDES MIRANDA  
RECORRIDO : ANTHEOGENES MENEZES DA SILVA  
RECORRIDO : LENITA MOURA DA COSTA ALBUQUERQUE  
RECORRIDO : LUCIVANDA DE SOUSA SILVA  
ADVOGADOS : NADIEJE WANDERLEY DE SIQUEIRA - PE020055  
RAFAEL WANDERLEY DE SIQUEIRA ARAUJO -  
PE035237  
NILTON WANDERLEY DE SIQUEIRA NETO - PE027416

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim ementado (fl. 491):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS RECONHECIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO. PAGAMENTO. DEMORA INJUSTIFICADA. COBRANÇA PELA VIA JUDICIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Apelação em face de sentença que julgou procedente o pedido para condenar o réu a pagar aos autores os valores retroativos, correspondentes ao período de março/2013 a outubro/2015, referentes à vantagem "Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC", atualizados com juros e correção nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (na redação dada pela Lei 11.960/2009).

2. A jurisprudência desta eg. Corte Regional encontra-se pacificada no sentido de que o pagamento de verbas atrasadas, já reconhecidas pela Administração, não pode ficar condicionado, indefinidamente, à manifestação de vontade do órgão pagador, mormente se já houver transcorrido tempo suficiente para realizar o adimplemento da dívida.

3. Demonstrado o reconhecimento da dívida, fazem jus os demandantes ao seu adimplemento, independentemente das restrições apontadas para o pagamento de exercícios anteriores, uma vez que a ausência de previsão orçamentária será suprida pelo comando judicial, com a imposição do pagamento por Precatório ou RPV.

4. Apelação desprovida.

Naquela decisão, tendo como pano de fundo entendimento pacificado no âmbito da Corte Estadual, foi decidido que o pagamento de verbas atrasadas, já reconhecidas pela Administração, não pode ficar condicionado indefinidamente à manifestação de vontade do órgão pagador. Dessa forma, foi negado provimento ao recurso apresentado.

Foram rejeitados os embargos declaratórios opostos (fls. 523-524)

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação do art. 37 da Lei nº 4.320/1964; art. 22 do Decreto nº 93.872/1986 e arts. 9º e 10º do NCPC.

Sustenta, em síntese, que o ordenamento constitucional proíbe ao Administrador Público a possibilidade de efetuar pagamentos cujas despesas não estejam previstas em orçamento anual, restando violado os arts. 37 da Lei nº 4.320/1964 e 22 do Decreto nº 93.872/1986.

Além disso, sustenta que não é cabível a majoração dos honorários no caso em comento, eis que a ação foi proposta antes do advento do Novo Código de Processo Civil. Considera, assim, que *a nova legislação processual estabelece em seus arts. 9º e 10, in verbis, que nenhuma das partes pode ser surpreendida com decisão da qual não tenha sido previamente ouvida, é de ser reformado o acórdão recorrido, para excluir os honorários recursais a que foi condenado* (fl. 581).

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 606-611).

O Ministério Público opina pelo não provimento recursal, nos termos do parecer de fls. 652-657, que guarda a seguinte ementa:

Recurso especial. Matéria administrativa. Servidor Público. Pagamento de gratificação.

Verificar a inércia administrativa no pagamento dos valores retroativos, mesmo considerando as despesas referentes a exercícios anteriores, enseja o reexame de provas, inviável em sede de recurso especial: Súmula 7 do STJ.

O recorrente não se desincumbiu do ônus de infirmar especificamente o fundamento de que o pagamento, na via judicial, é feito mediante precatório ou RPV: Súmula 283 do STF.

Não deve ser analisado o recurso especial, no que se refere ao capítulo dos honorários de sucumbência, por não ter sido admitido na origem, nem ter sido objeto de recurso de agravo.

Parecer pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que o pagamento de verbas atrasadas, já reconhecidas pela Administração, não pode ficar condicionado indefinidamente à manifestação de vontade do órgão pagador, mormente se já houver transcorrido tempo suficiente para realizar o adimplemento da dívida.

Conforme se infere dos autos, embora já reconhecido pela Administração o direito à percepção dos valores pleiteados, não houve qualquer tipo de pagamento ou indicativo deste, uma vez que a recorrente alega ausência de disponibilidade orçamentária para tanto.

Deste modo, demonstrado o reconhecimento da dívida alegada, o adimplemento desta faz jus ao recorrido, independentemente das restrições apontadas pelo réu para o pagamento de exercícios anteriores, uma vez que a ausência de previsão orçamentária será suprida pelo comando judicial, com a imposição do pagamento por Precatório ou RPV.

Nesse caso, não há como aferir eventual violação dos normativos apontados sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes autos, tarefa que, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR MUNICIPAL. COBRANÇA DE VERBAS SALARIAIS. ALEGAÇÃO DE RECONHECIMENTO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE PROVA. ÔNUS QUE COMPETIA AO MUNICÍPIO. SÚMULA 7/STJ. 1. Considerou o Tribunal de origem que: "(...) aduz o apelante [Município de Boa Vista] que houve erro do servidor que realizou os cálculos no procedimento administrativo e que a administração pública pode rever seus atos e anulá-los quando ilegais. Contudo, o apelante não se desincumbiu do ônus de comprovar o alegado, pois considerando que os atos administrativos têm presunção de veracidade, o Município não juntou aos autos qualquer prova de que aqueles cálculos foram anulados e quais seriam os corretos. 2. Para que fosse possível a revisão dos fundamentos do acórdão recorrido seria imprescindível o reexame dos elementos fáticos constantes dos autos, o que é defeso em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 503.703/RR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/11/2014, DJe 28/11/2014).

A parte recorrente sustenta, ainda, que o Tribunal de Origem agiu incorretamente ao majorar os honorários sucumbenciais, por entender que se aplica, ao caso, a legislação processual civil anterior, já que a ação foi proposta

em novembro de 2015.

Cabe destacar que esta Corte Superior considera que a legislação incidente sobre os honorários advocatícios é a que estiver em vigor na data do arbitramento da verba e não a da propositura da ação, conforme sustenta a parte recorrente.

A Propósito:

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3. PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. DEFINIÇÃO DA LEI APLICÁVEL.

1. Este Superior Tribunal de Justiça tem farta jurisprudência no sentido de que, indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes, a lei aplicável para a fixação inicial da verba honorária é aquela vigente na data da sentença/acórdão que a impõe. Precedentes: REsp. n. 542.056/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 19.02.2004; REsp. n. 816.848/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 13 de março de 2009; REsp 981.196/BA, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJ de 02 de dezembro de 2008; AgRg no REsp 910.710/BA, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 16.09.2008; AgInt nos EDcl no REsp. n. 1.357.561/MG, Terceira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 04.04.2017, DJe 19.04.2017; REsp. n. 1.465.535/SP, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 21.06.2016.

2. A essa jurisprudência há que se adicionar o entendimento desta Corte em relação à vigência do novo Código de Processo Civil (CPC/2015) que estabeleceu como novidade os honorários sucumbenciais recursais. Sendo assim, para os recursos interpostos de decisões/acórdãos publicados já na vigência do CPC/2015 (em 18.03.2016) é cabível a fixação de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do CPC/2015: Enunciado Administrativo n. 7/STJ - 'Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC'.

3. Sendo assim, são possíveis, em princípio, quatro situações: a) que o processo tenha sentença, decisão em segundo grau e decisão em instância especial todos na vigência do CPC/1973: a.1) aplica-se integralmente o regime previsto no art. 20, do CPC/1973 para todo o processo, não havendo que se falar em honorários sucumbenciais recursais; b) que o processo tenha sentença e decisão em segundo grau na vigência do CPC/1973 e decisão em instância especial na vigência do CPC/2015: b.1) aplica-se o regime previsto no art. 20, do CPC/1973 para a fixação dos honorários na sentença, b.2) não há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da sentença (v.g. no julgamento da apelação ou do agravo), b.3) não há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da decisão de segundo grau (v.g. no julgamento do recurso especial); c) que o processo tenha sentença na vigência do CPC/1973 e acórdão em segundo grau e acórdão em instância especial na vigência do CPC/2015: c.1) aplica-se o regime previsto no art. 20, do CPC/1973 para a fixação dos honorários na sentença, c.2) não há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da sentença (v.g. no julgamento da apelação ou do agravo), c.3) há honorários sucumbenciais

recursais no julgamento do recurso da decisão de segundo grau (v.g. no julgamento do recurso especial); d) que o processo tenha sentença, acórdão em segundo grau e acórdão em instância especial na vigência do CPC/2015: d.1) aplica-se o regime previsto no art. 85, do CPC/2015 para a fixação dos honorários na sentença, d.2) há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da sentença (v.g. no julgamento da apelação ou do agravo), d.3) há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da decisão de segundo grau (v.g. no julgamento do recurso especial). Dito de outra forma, ocorre a aplicação integral do CPC/2015.

4. No caso concreto, a sentença que fixou a verba honorária o foi publicada ainda na vigência do antigo CPC/1973. Desse modo, o regime aplicável para a fixação inicial da verba honorária é aquele previsto no art. 20 e parágrafos do CPC/1973 e não o do art. 85, do CPC/2015 que teve sua vigência iniciada apenas em 18.03.2016.

5. Fixação de honorários sucumbenciais recursais contra a recorrente, a teor do art. 85, §11, do CPC/2015, tendo em vista que o acórdão recorrido o foi publicado já na vigência do novo diploma processual.

6. Recurso especial não provido" (REsp 1.671.387/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 30/10/2017)

No caso em comento, verifica-se que a sentença e o acórdão foram publicados na vigência do CPC/2015. Por consequência, é cabível o arbitramento dos honorários recursais no caso em análise.

Aplicável, ao caso, o previsto no Enunciado Administrativo 7/STJ, *in verbis*: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator